

CONHECENDO A LINGUÍSTICA QUEER: ENTREVISTA COM RODRIGO BORBA¹

Knowing Queer Linguistic: interview with Rodrigo Borba

Héilton Diego LAU (UFPR)²
Rodrigo BORBA (UFRJ)³

O convidado desta entrevista para o dossiê “Visibilidades e (R)existências” é Rodrigo Borba. O tema desta entrevista é a Linguística *Queer* afim de promover um panorama a respeito desta área na Linguística Aplicada.

Rodrigo Borba é professor do Departamento de Letras Anglo-Germânicas e do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde orienta pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado. É doutor e mestre em Linguística Aplicada pela UFRJ. Licenciado em Letras-Inglês pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Ganhador do Prêmio CAPES de Teses em 2015 com pesquisa na interface entre Linguística Aplicada, Antropologia do Corpo e da Saúde, Filosofia e Sociologia. Em 2017-2018, realizou pós-doutorado (Visiting Scholar) como bolsista CAPES na Faculty of Linguistics, Philology and Phonetics da Universidade de Oxford (Reino Unido) com projeto em Antropologia Linguística, Sociolinguística, Linguística Feminista e Queer, sob supervisão de Deborah Cameron. Em 2015, realizou estágio pós-doutoral na Universidade de Birmingham (Reino Unido), como bolsista do Brazilian Fellowship Scheme dessa universidade. Em 2013-2014, foi pesquisador visitante do Centre for Discourse, Language and Communication da King’s College Londres, onde realizou doutorado sanduíche sob supervisão de Bem Rampton. Seus interesses de pesquisa estão voltados à construção de identidades, gêneros e sexualidades a partir de perspectivas indisciplinadas que colocam em diálogo a Linguística Aplicada, a Antropologia Linguística, a Sociolinguística Interacional, a Análise do Discurso (falado e escrito), a Análise da Conversa, a Paisagem Linguística e as relações entre a Linguística, o feminismo e a teoria *queer*.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Paraná.

³ Doutor em Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Tem dezenas de artigos e capítulos de livros em publicações de alto impacto a nível nacional e internacional tais como Revista de Estudos Feministas, Cadernos Pagu, Salud Sexualidad y Sociedad, Trabalhos em Linguística Aplicada, Journal of Sociolinguistics, Gender and Language, Language and Discrimination, International Journal of the Sociology of Language, The Handbook of Language and Sexuality, entre outros. Em 2016, publicou o livro *O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde* na coleção Antropologia e Saúde da Editora FioCruz. Co-organizou as obras *Queering Paradigms IV: South-North dialogues on queer epistemologies, embodiments and activism* (Lewis, Borba, Fabrício e Pinto, 2014) e *Queering Paradigms IV: Insurgências queer ao sul do equador* (Lewis, Borba, Fabrício e Pinto, 2017), ambos pela editora Peter Lang. Faz parte do conselho editorial dos periódicos Gender and Language e Descentrada: Revista Interdisciplinária de Feminismos e Género. Atua como parecerista ad hoc para diversos periódicos nacionais e internacionais (tais como Documentação em Linguística Teórica e Aplicada, D.E.L.T.A., Trabalhos em Linguística Aplicada, Revista de Estudos Feministas, Cadernos Pagu, Revista Periódicus, Linguistic Landscape: An International Journal, Sociolinguistic Studies, Language in Society, Pragmatics, História, Ciências e Saúde, entre outros) e para agências internacionais de fomento (tais como a National Research Foundation da África do Sul)⁴.

Como de costume em entrevistas, faz-se um panorama do que seria o tema abordado antes de passar para ela em si. Ouso dispensar esse “formalismo”, pois pensei a entrevista para pessoas curiosas e que desconhecem a Linguística *Queer*. Faço um convite para desbravá-la a partir das perguntas e respostas concedidas.

Héilton: Para a população brasileira, *queer* é traduzido como “estranho”, “desviante”, mas em questões identitárias como “viado”, “sapatão”. Os estudos da Linguística *Queer* (LQ), especificamente no Brasil, ousam traduzir o *queer* como uma possível “união das sexualidades e identidades desviantes”? Em outras palavras, como é possível traduzir *queer* em Linguística Aplicada (LA)?

Rodrigo: Como perspectiva teórica o *queer* é intraduzível; a instabilidade de seu significado é uma de suas potências analíticas. Por outro lado, como categoria social, ele

⁴ Informações retiradas da Plataforma Lattes do currículo do entrevistado. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4245787890844219>>. Acesso em 14 dez. 2018.

pode ser traduzido de diferentes formas como você mencionou. O linguista Rusty Barrett (2002), num texto central para a LQ, afirma que *queer* é um significante sem um referente bem definido no mundo social. Isso porque o *queer* da LQ não é uma identidade, mas um posicionamento teórico (e, portanto, político) que se coloca contra processos de normalização e as exclusões que os acompanham. Seguindo essa linha de pensamento, ao invés de entender o *queer* como uma categoria identitária, prefiro evitar traduções que inevitavelmente apagam suas idiossincrasias. Algumas pessoas pensam que manter o termo em inglês seria uma forma de colonização. A antropóloga Berenice Bento (2017), por exemplo, prefere chamar a teoria *queer* de estudos transviados – termo que, segundo ela, faz mais sentido nas bandas de cá. Concordo com alguns pontos propostos por Bento, mas ainda assim acho que “transviados”, embora seja uma boa alternativa, ainda perde algumas nuances que podem enriquecer teórica e metodologicamente análises inspiradas pelo *queer*. Por isso acho interessante pensar na história e na etimologia do termo. Esse movimento etimológico não visa de forma alguma buscar pela origem do *queer*, mas sim perseguir uma história de repetições, modificações e contorções semânticas que conferem ao termo múltiplas camadas de significado e que, por isso, fazem com que sua tradução para o português seja uma tarefa difícil.

O *Oxford English Dictionary* registra que o primeiro uso da palavra na língua inglesa foi no século 16 e tinha o sentido de “estranho”, “peculiar” e “excêntrico”. Alguns séculos mais tarde, a palavra sofre uma modificação importante. O marquês John Douglas, indignado com a suposta relação sexual entre seu filho Alfred e escritor Oscar Wilde, utilizou o termo no processo judicial que transformou o autor d’*O Retrato de Dorian Gray* em um pária e terminou por levá-lo para prisão. Segundo ele, Wilde, com seus desejos abjetos, fazia parte de uma fatia da população que Douglas chamava de “*snob queers*”. A repercussão desse caso na mídia ajudou que o termo fosse popularizado como uma forma de insulto homofóbico no mundo anglo-saxão, uso que ficou bastante consolidado. Já na década de 1970, *queer* funcionava como uma injúria cuja função era (e em alguns contextos ainda é) alocar os sujeitos que questionam as hierarquias produzidas pela heterossexualidade “em uma posição de subordinação” (BUTLER, 1997, p. 18) que oblitera sua agência e subjetividade.

Esse lugar abjeto provocou desconforto e insatisfação de grupos ativistas norte-americanos, como o *Queer Nation* e o *Act Up*, que, em finais da década de 1980 e meados da de 1990, criticaram políticas LGBT correntes à época. Tais políticas

pregavam a necessidade de assimilação da homossexualidade na cultura heterossexual sem, contudo, desafiar estruturas mais profundas de poder que relegavam certos sujeitos às margens da sociedade, da política e do direito. Tais grupos reivindicaram o termo *queer* para si e, assim, inverteram o desconforto político e subjetivo que o termo provocava. Afinal, endereçavam a ofensa a si mesmos.

À época, esse projeto de ação política se materializava, por exemplo, nas palavras de ordem como *we're queer, we're here, get fucking used to it!* (i.e. “somos bichas, estamos aqui, e vocês vão ter que nos engolir!”, em tradução livre) entoadas por ativistas nas ruas de Nova York. Essas apropriações de sentido são uma das principais estratégias de contestação *queer*, pois têm o potencial de mostrar que embora o discurso de ódio “pareça fixar ou paralisar as pessoas que interpela” (BUTLER, 1997, p. 2), ele possibilita “respostas que nunca previu, perdendo seu sentido de soberania [...] perante uma resistência que inadvertidamente ajudou a produzir” (BUTLER, 1997, p. 12). O barulho foi tão grande que as vozes das ruas atravessaram os muros das universidades. Pensadores de diversas áreas do conhecimento perceberam a força de contestação epistemológica e política desse movimento e trouxeram o desconforto *queer* para a academia.

Se, outrora, *queer* não passava de uma ofensa, sua apropriação por ativistas e pesquisadores alargou seu campo semântico e, de fato, tem desafiado os limites linguísticos do processo de significação que, segundo Saussure, requer uma associação sólida entre um significante e um significado. Por exemplo, Guacira Lopes Louro (2004, p. 7-8) explica que *queer* “é estranho, raro, esquisito. *Queer* é também o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’”. Mas as coisas não são tão simples assim. A autora complexifica a tarefa tradutória dizendo que “*queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indecível” e, acrescentaria eu, do intraduzível. Assim, de acordo com Louro, “*queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina”.

Nesse cenário, a teoria *queer* se configura como um campo de estudos que se lança ao desafio de desenvolver uma analítica da normalização (MISKOLCI, 2009) e, com base nisso, uma crítica aos processos de legislação não-voluntária do gênero e da sexualidade (BUTLER, 2004). Seu principal foco de intervenção e crítica é a cis-

heteronormatividade que é definida como um conjunto de “estruturas, instituições, relações e ações que promovem e produzem a heterossexualidade [e a cisgeneridade] como natural, auto-evidente, desejável, privilegiada e necessária” (CAMERON & KULICK, 2003, p. 55). Ou seja, não basta ser um tipo específico de heterossexual, é necessário ser cisgênero, mantendo relações lineares entre corpo-gênero-desejo: vagina-mulher-heterossexual; pênis-homem-heterossexual. Assim, os estudos *queer* (a LQ aí incluída) questionam estruturas sociais, sistemas de significação e relações de poder extremamente naturalizados. Com base nisso, objetiva-se reverter desigualdades de gênero e sexualidade ao desestabilizar estruturas que as subjazem. Em termos mais crus, quer-se desconstruir a dicotomia hetero/homo e derrubar a fachada de naturalidade e estabilidade de *todas* as identidades. É justamente aqui onde reside o seu perigo e é esse objetivo que causa tanto medo e insegurança.

Contudo, é esse sentimento de incômodo que dá à perspectiva *queer* seu potencial de crítica. Se nos voltarmos à etimologia da palavra, vemos que o termo deriva do prefixo protoindo-europeu *terkw-* que, acredita-se, deu origem ao verbo latino *torquere*, ou seja, “torcer” ou “girar”. Nesse sentido, ao questionar a cis-heteronormatividade e os processos que a sustentam, a perspectiva *queer* nos faz desconfiar de relações naturalizadas entre desejos e práticas sexuais, por um lado, e identidade, por outro. Argumenta-se, com isso, que desejos e práticas sexuais são forças dinâmicas e as identidades supostamente ligadas a elas são, na verdade, sentidos sedimentados no tempo e no discurso. Por terem adquirido uma aparência de coisa perene e inabalável, isso que chamamos de identidade (homem, mulher, homo, hetero etc.) funciona como ponto de orientação que nos guiam socialmente e, portanto, funcionam como regimes de discursos regulatórios, fazendo-nos acreditar que homem é isso; mulher é aquilo; homem fala assim; mulher fala assado etc.

Ao abalar o chão semântico pretensamente sólido onde pisamos, o *queer* pretende nos tirar do eixo, pois mostra que as identidades não são portos tão seguros como pensávamos. Nesse sentido, uma perspectiva *queer* desorienta. Implícita na etimologia do termo, a desorientação provocada pela abordagem *queer* nos obriga a desconfiar daquilo que, à primeira vista, parece normal e a questionar os processos (culturais, políticos, legais, metodológicos, epistemológicos) que produzem essa fachada de normalidade. Portanto, uma perspectiva *queer* implica em perturbar a ordem natural das coisas e desorientar sentidos e práticas excludentes que permeiam a vida social e, inclusive, práticas de pesquisa. Se pensarmos *queer* como verbo, uma possível

tradução seria, então, desorientar – ação que implica investir na vertigem, repensar sentidos estáveis, desconfiar de normas familiares, desaprender a ser quem somos e, com isso, retrair caminhos teóricos, metodológicos e políticos. É precisamente isso que a LQ pretende fazer: desorientar a bem-comportada linguística ao trazer temas pouco legítimos nessa área (ou seja, gênero e sexualidade) para o centro dos debates sobre a língua e seu uso. Por isso entendo a LQ como uma linguística *desorientada* teórica e metodologicamente – porque não precisa de fidelidade epistemológica, o que lhe confere liberdade para diálogos com várias disciplinas que têm muito a dizer sobre a linguagem em uso e sobre o mundo social – e *desorientadora* – já que desafia a linguística a sair de sua zona de conforto ao trazer para o debate problemas sociais nos quais a relação entre gênero, sexualidade e linguagem são centrais.

Héilton: A LQ pode ser considerada dentro do escopo da LA como uma subárea ou é uma “nova área” da LA?

Rodrigo: A LQ, como venho defendendo desde 2006 a partir da publicação do texto “Linguística *Queer*: Uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem” que foi reeditado em 2015 e figura como o primeiro artigo sobre o tema no Brasil, é uma área de investigação que estuda o espaço semântico-pragmático entre os discursos dominantes sobre gênero e sexualidade e a performance linguística situada. Interessa-se, assim, em compreender como fenômenos macro-sociológicos que produzem certos indivíduos como seres abjetos, inferiores ou patológicos são sustentados e/ou desafiados nos detalhes mais ínfimos de nossa vida social, i.e., a linguagem-em-uso. A maior preocupação epistemológica e analítica da LA é como a linguagem é utilizada para sustentar ou desafiar a cis-heteronormatividade. Ou seja, a LQ se configura como o estudo das relações entre língua, gênero, sexualidade e as dinâmicas de manutenção e/ou contestação de normatividades (linguísticas e sociais) a partir de um posicionamento político que desessencializa identidades e desontologiza a língua, problematizando, assim, a relação supostamente sólida entre aquilo que falamos/escrevemos e aquilo que somos.

Essa perspectiva deixa claro que a LQ, ao contrário do que dizem em certos círculos acadêmicos, não se resume ao estudo de como pessoas LGBT falam/escrevem com o intuito de descrever uma linguagem gay, lésbica, trans etc., como se isso de fato existisse. O objetivo é muito mais ambicioso. Já que a cis-heteronormatividade, como

regime político de (subjetiv)ação, tem efeitos sobre a sociedade como um todo, a LQ se lança ao desafio de investigar o papel da linguagem em conferir ou retirar sentidos das múltiplas formas de vivenciar a sexualidade e desejos sexuais, incluindo aí a heterossexualidade.

Por outro lado, como afirma Luiz Paulo da Moita Lopes (2006), a LA é um campo indisciplinar que se interessa por problemas sociais nos quais a linguagem tem papel central. Visto por esse prisma, a LA e a LQ compartilham de muitos pontos de apego teórico e afinidades políticas. A LQ não é uma nova área da LA ou tampouco uma de suas subáreas. Primeiro porque as fronteiras entre campos de conhecimento não são tão facilmente distinguíveis. Atualmente há muitas afetividades disciplinares nos estudos da linguagem o que torna difícil dizer se sou, por exemplo, um linguista aplicado, um antropólogo da linguagem, um sociólogo, ou seja lá o que for. Quando explico meus interesses de pesquisa, em geral, a última coisa que pessoas de outras áreas pensam é que pertenço ao campo que se institucionalizou chamar de Letras/Linguística justamente porque temas como gênero e sexualidade não são vistos (nem mesmo por certxs pesquisadorxs de nosso campo) como legítimos. Assim, a LA e a LQ são ambas teoricamente mestiças, epistemologicamente desobedientes e metodologicamente indisciplinadas. Ambas as áreas não se preocupam com objetividade ou distanciamento; preferem estabelecer seus objetos de estudos a partir de uma proximidade crítica e reconhecem que fazer pesquisa é fazer política.

Segundo, porque a LQ não é tão nova assim – a primeira publicação a falar sobre LQ foi a coletânea *Queerly Phrased* organizada por Ana Livia e Kira Hall em 1997 e, mais especificamente no Brasil, depois da publicação de meu artigo em 2006, outras pessoas vêm desenvolvendo estudos em LQ. Terceiro, embora haja atualmente pesquisadorxs que se intitulam como linguistas *queer*, não existe no mundo um departamento específico para essa área. As pessoas que fazem estudos em LQ têm históricos de pesquisa e lotações departamentais as mais diversas: vêm de áreas como a antropologia, a semiótica, a psicologia discursiva, a análise do discurso, a literatura, a sociolinguística, a germanística etc. A ausência de departamentos de LQ, entretanto, não é um problema. Muito pelo contrário: a falta de institucionalização é o que lhe dá força teórica e política visto que permite a LQ não se restringir a temas consagrados de áreas específicas ou a metodologias que podem engessar o fazer científico. E por isso ela causa estranhamento.

Contudo, devido ao grande escopo epistemológico da LA atualmente e à juventude da LQ em terras tupiniquins, muitxs linguistas *queer* que atuam no Brasil também se vinculam à LA (eu mesmo trabalho em um programa de pós-graduação em LA na UFRJ). É importante notar que muitxs linguistas aplicadxs brasileirxs também têm feito pesquisas informadas por perspectivas *queer*. De fato, no Brasil, diferentemente de outros países, foi por conta do trabalho pioneiro de pesquisas em LA que desde a década de 1990 tiveram como foco as relações entre linguagem, gênero e (mais recentemente) sexualidade que se pode hoje falar em LQ. Ou seja, a LA e seus interesses em estabelecer diálogos indisciplinados com outras áreas para a investigação das relações entre linguagem e sociedade possibilitou que hoje, no Brasil, um campo chamado de LQ esteja em estágio de consolidação.

Visto que temas relacionados a questões de gênero e sexualidade têm tomado proporções de pânico moral em nosso país, o estudo de como a linguagem produz, reproduz e desafia certos discursos excludentes, patologizantes e desumanizadores se torna cada vez mais premente. Um exemplo recente envolve as distorções discursivas que se efetuaram para produzir o projeto Escola sem Partido a partir da noção enganosa de “ideologia de gênero”. Um estudo que analise cuidadosamente o papel da linguagem em estabelecer essas distorções (que, em última análise, têm por objetivo a imbecilização do povo como estratégia de manipulação política) seria, assim, uma forma de se fazer uma Linguística Aplicada *Queer* ou uma Linguística *Queer* Aplicada. De qualquer forma, o importante é que, embora distintas por conta de suas histórias epistemológicas particulares, ambas as áreas dialogam de forma muito profícua sendo difícil dizer onde uma termina e outra começa.

Héilton: Como podemos discutir a necessidade de uma LQ como embasamento teórico-metodológico no ensino e aprendizagem de língua portuguesa?

Rodrigo: Uma perspectiva *queer* de estudos se baseia em três conceitos que na LQ são radicalizados e trazem muitos potenciais para o ensino de língua e para a prática de letramentos críticos. São eles: performatividade, indexicalidade e desontologização. Em conjunto, esses conceitos promovem processos de ensino e aprendizagem pelas diferenças. A teoria da performatividade proposta pela filósofa Judith Butler (1990) a partir de diálogos com autores de diversas áreas tais como John L. Austin, Jacques Derrida, Michel Foucault, Pierre Bourdieu é, antes de tudo, uma teoria linguística do

social e do político e, ao mesmo tempo, uma teoria social do linguístico e do discursivo. *Grosso modo*, entende-se que a língua e o que fazemos com ela não têm funções representativas ou descritivas, mas sim produtoras de sentidos e disso que entendemos como realidade. O exemplo clássico citado por Butler envolve o enunciado “É uma menina/menino!” dita por médicxs quando da descoberta de um corpo sexuado via ultrassom. Segundo uma perspectiva performativa, esse enunciado não descreve um estado de coisas que o precede. Pelo contrário; o proferimento dessas palavras irá inserir aquele corpo em inúmeros processos que visam a conformá-lo a certas expectativas de gênero e sexuais para que seja considerado socialmente inteligível, politicamente dizível e legalmente classificável. Ou seja, como diz Paul Preciado, a linguagem tem efeitos prostéticos. Como o ultrassom, ela é em si uma tecnologia de inscrição de si e do Outro em relação com o mundo. Contudo, como sabemos muito bem, essas expectativas de gênero são inalcançáveis. Fornecem somente um ideal que todxs somos forçadxs a atingir, mas que não alcançamos nunca. Por isso, o gênero e a sexualidade, como regimes de regulação de corpos e subjetividades, causam tanto alvoroço quando são (como acontece diariamente) contestados. Como uma teoria linguística do social, a performatividade mostra que sentidos os quais acreditamos ser incontestes (por serem extremamente naturalizados) não são tão inevitáveis assim. É importante salientar que essa teoria não diz que um “homem vira mulher” (ou vice-versa) ou que podemos escolher o gênero que quisermos impunemente ou que podemos trocar de identidade como trocamos de roupa, como apregoam simpatizantes dessa teoria da conspiração chamada de “ideologia de gênero”. Isso porque sanções (às vezes fatais) são impostas às pessoas que desviam dos caminhos traçados pelos ideais hegemônicos de gênero e sexualidade.

O que importa para a discussão sobre a LQ e o ensino de línguas é que a teoria da performatividade oferece um modelo alternativo para entendermos a língua e suas funções no mundo. Esse modelo desafia visões bem sedimentadas que entendem a língua como um sistema abstrato de signos alojado em nossos cérebros que usamos para representar um mundo exterior. Como uma teoria social do linguístico e do discursivo, a performatividade mostra que a língua é um fenômeno social, intersubjetivo e intimamente ligado a constituição ou contestação de normas. Ela não representa o mundo, mas o produz. Os sentidos não estão na língua ou nas palavras em si, mas são social e historicamente produzidos. Há perspectivas que afirmam até que a gramática não precede o uso, mas é nele constituída em tempo real. Ou seja, um posicionamento

teórico e político *queer* para o ensino de língua nos desafia a substituímos modelos baseados na competência (o conhecimento inato da língua) por um foco na performance, na linguagem-em-uso em determinados contextos socio-histórico e nas relações de poder que institui.

Intimamente ligado à performatividade está o fenômeno da indexicalidade. Em linguística formal, signos indexicais (ou dêiticos) incluem palavras como “aqui”, “lá”, “agora”, “eu”, “você” etc. que têm como função apontar para o contexto situacional de enunciação (i.e. seu local, tempo e a relação entre participantes da interação). Contudo, áreas como a antropologia linguística e a LQ, cujo interesse cai sobre o uso e a função social da língua, se preocupam com signos não-denotativos, i.e. aqueles que apontam para aspectos macro-sociológicos e, assim, pressupõem um sentido social que não está diretamente vinculado ao signo, mas é a ele associado por conta de sua história de uso em determinados contextos.

Nesse sentido, a relação entre signo e seu significado e entre o enunciado e seu efeito não é direta, mas sim mediada por uma história de uso que o vincula a vários sentidos possíveis que só poderão ser determinados contextualmente. A partir dessa compreensão, podemos argumentar que a relação entre língua e identidade (ou a realidade de forma mais abrangente) não implica em “um mapeamento direto entre uma forma linguística e um significado social” (OCHS, 1993, p. 336). Ou seja, essa relação “é constituída e mediada pela relação da língua com posicionamentos, ações, atividades e outros construtos sociais” (OCHS, 1993, p. 337) tais como gênero, classe, sexualidade, filiação política etc. A relação entre língua, gênero e sexualidade, assim, envolve a produção de ligações indexicais indiretas que vinculam determinada estrutura linguística a certo sentido social contextualmente. A produção disso que chamamos de identidade não está restrita ao uso explícito de categorias identitárias tais como mulher, homem, lésbica, trans etc.; ocorre, sobretudo, por meio de diversos recursos linguísticos (sons, morfemas, estruturas sintáticas, etc.). Ao serem usados em uma prática discursiva específica, esses signos retomam uma história que movimenta certos arcabouços interpretativos disponíveis sócio-culturalmente e lhes confere sentido no aqui e agora da enunciação. Devido a essa situacionalidade radical dos signos indexicais, sentidos de normatividade e subversão emergem contextualmente de ações locais e não podem ser compreendidos como anteriores ao engajamento discursivo.

O uso fluído do gênero gramatical por travestis é um bom exemplo de como a indexicalidade funciona. Ao exigir que outras pessoas refiram-se a elas com o feminino,

elas não só reforçam sua identificação com a feminilidade, mas revestem o gênero gramatical com camadas de sentido que o vinculam a respeito por sua identidade de gênero e/ou filiação política a sua causa. Contudo, a tendência em usar o masculino gramatical em contextos nos quais falam sobre suas relações familiares, por exemplo, retoma dinâmicas sociais que produzem a masculinidade como detentora de respeitabilidade (BORBA & OSTERMANN, 2008). O gênero gramatical, via indexicalidade, passa a ser vinculado não só à masculinidade ou à feminilidade, mas também a outros sentidos que não estão diretamente ligados a ele. Com base nesse preceito, a LQ entende a identidade de gênero, sexualidade, raça etc. como um fenômeno intertextual já que para fazer sentido, signos usados localmente sempre reavivam conexões com práticas, relações, grupos sociais e instituições que o usaram anteriormente.

Os conceitos de indexicalidade e performatividade, portanto, ilustram que (1) o significado não antecede o uso e (2) fenômenos linguísticos locais estão sempre (in)formados por discursos mais amplos. A indexicalidade é o mecanismo cultural que movimenta a performatividade ao vincular nossas ações linguísticas situadas a outras “práticas que sistematicamente formam os objetos dos quais falamos” (FOUCAULT, 1972, p. 64), ou seja, a discursos. É nessa relação entre língua e discurso que a cis-heteronormatividade e sua contestação podem se materializar em textos orais e escritos.

E é justamente o vínculo indissociável entre língua (i.e. nossas performances linguísticas no aqui e agora) e discurso (i.e. que reveste nossas ações locais de diversos sentidos extra-linguísticos) que se apresenta como um desafio teórico-metodológico para o ensino de línguas, pois, como disse antes, promovem uma desontologização radical da língua e da identidade. Em outras palavras, performatividade e indexicalidade indicam que (1) a língua não representa o mundo, mas o produz ao significá-lo e (2) que a performance linguística (a fala ou a escrita) não expressa uma identidade que antecede o uso, pois o que somos é efeito do que dizemos ou escrevemos. Isso traz implicações para o ensino de língua e para a prática de letramentos críticos, pois indica que temos que deixar de ver textos como entidades estáticas que representam o mundo para entendê-los como fenômenos dinâmicos, socio-historicamente situados, politicamente (in)formados e como produtores de realidades. No que se refere à questão do gênero e da sexualidade, essa perspectiva permite uma abordagem de ensino e aprendizagem pelas diferenças, ou seja, ao entender que os sentidos não estão no texto, mas em sua história de constituição e ao focalizar os efeitos materiais que produzem (tais como

exclusão, hierarquização, interiorização, etc.) podemos produzir rupturas em discursos opressores. Isso, por consequência, contribui para uma educação linguística que vise a formação de indivíduos críticos e abertos para a pluralidade que, felizmente, constitui o mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- BARRETT, R. (2002). Is *queer* theory important for sociolinguistic theory? In: CAMPBELL-KIBLER, K.; PODESVA, R.; WONG, A. (eds.), *Language and sexuality: contesting meaning in theory and practice*. Stanford: CSLI Press, pp. 25-43.
- BENTO, B. (2017). *Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EdUFBA.
- BORBA, R. ([2006] 2015). Linguística *queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, 9(1): 91-107.
- BORBA, R.; OSTERMANN, A. C. (2008). Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Estudos Feministas*, vol. 16, n. 2, p.409-432.
- BUTLER, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Nova York: Routledge.
- BUTLER, J. (1997). *Excitable speech: A politics of the performative*. Nova York: Routledge.
- BUTLER, J. (2004). *Undoing gender*. Nova York: Routledge.
- CAMERON, D.; KULICK, D. (2003). *Language and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FOUCAULT, M. (1972). *A arqueologia do saber*. Lisboa: Vozes.
- LIVIA, A.; HALL, K. (Eds.). (1997). *Queerly Phrased: Language, gender and sexuality*. Oxford: Oxford University Press.
- LOURO, G. L. (2004). *Um corpo estranho: Ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MISKOLCI, R. (2009). A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, vol. 21, p. 150-182.
- MOITA LOPES, L. P. (2006). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola.
- OCHS, E. (1993). Indexing gender. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (eds.), *Rethinking context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 335-358.